



ESTACIONAMENTO / PROTOCOLO 20170021200720653

Com base na lei de acesso a informação, solicito que todos os pontos citados abaixo sejam respondidos e devidamente esclarecidos:

1º Que Lei (Número/ano/Se é Lei Federal, Estadual ou Municipal) permite a exploração econômica de via pública, sendo cobrado valores em pecúnia e gerando lucro para a empresa privada sobre o espaço público?

Levando-se em consideração a extinção do Instituto de Assistência Social e Cidadania-IASC, Autarquia integrante da Administração Pública do Município do Recife, permissionário para fins de uso de prestação de serviço de estacionamento, destinando seus recursos arrecadados aos programas assistenciais sob sua responsabilidade; tendo o IASC incorporado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Política sobre Drogas e Direitos Humanos ; considerando a potencial vulnerabilidade de manter o espaço desocupado, os custos de manutenção e vigilância e o processo licitatório em andamento, visando dar continuidade as ações e serviços desenvolvidos pela Proteção Social Especial de Alta Complexidade no município procurando garantir a proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário; publicou-se o Edital de chamamento público para exploração DE FORMA PRECÁRIA, sendo realizado um pagamento mensal à Secretaria sucessora do IASC , nos termos da Lei Orgânica do Município do Recife em seus artigos 75, I e 78, em conformidade com os preceitos de direito público previstos na Lei nº 8.666/93 e Lei municipal nº 17.804 de 03 de agosto de 2012 .

2º Qual o alvará de funcionamento permite cobrar por uso de uma via pública, visto que não há nenhum espaço privado para se cobrar nessa área?

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO À TÍTULO PRECÁRIO Nº 5901.01.2017 que autoriza o uso do estacionamento situado na Rua Antônio Lumack do Monte, no bairro de Boa Viagem, Recife/PE

3º Qual foi o processo de concorrência utilizado nesse caso? Edital, licitação, etc? Caso exista, onde está publicado e quais foram os concorrentes?

Edital de Chamamento Público SDSJPDDH Nº 01/2017 – AUTORIZAÇÃO DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DO ESTACIONAMENTO SITUADO NA RUA ANTÔNIO LUMACK DO MONTE, publicado em Diário Oficial do Município, edição nº 047, em 25 de abril de 2017.

Tendo sido realizada a sessão pública para abertura dos envelopes contendo as propostas do referido chamamento no dia 10/05/2017, conforme aviso publicado em Diário Oficial do Município, edição nº 051, em 06 de maio de 2017.

4º Caso tenha havido a devida concessão pública, por quantos anos será a exploração do espaço?

A autorização tem prazo indeterminado, podendo ser rescindido sem qualquer indenização ao AUTORIZATÁRIO, na hipótese de conclusão do Processo Licitatório que tenha o mesmo objeto deste Termo, ou a qualquer tempo por solicitação do AUTORIZADOR, nos termos da Cláusula

Quinta no Prazo de Vigência.

5º Houve autorização por parte de alguma Secretaria e em caso afirmativo, que Secretaria autorizou o seu funcionamento?

Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Política sobre Drogas e Direitos Humanos da Prefeitura da Cidade do Recife.

6º Caso essa empresa esteja devidamente autorizada, onde fica a sede da empresa, qual o CNPJ (Aqui não cabe sigilo, visto que CNPJ consta em qualquer nota fiscal que ela deva emitir) e quem seriam seus responsáveis legais.

Empresa PARE FÁCIL SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-EPP

CNPJ nº 13.007.098/0001-50, com sede na Rua Manoel de Queiroz Lima, 43-A, sala 06, Centro, Bonito/PE

REPRESENTANTES: Rogério Otaviano de Souza e Paulo Marcelo Lins Perez

7º Em vias com pouco movimento, poderia colocar guaritas, cobrar e tirar a licença na prefeitura do Recife também? Caso afirmativo, como proceder?

A Lei Orgânica do Município do Recife em seu capítulo VI, versa sobre a Gestão dos Bens Patrimoniais especificamente, em seu Artigo 78 informa que : “ O uso dos bens públicos por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, quando houver interesse público, devidamente justificado.”